

Educação popular e trabalho: o processo de interação com a prática da pesca a partir da brincadeira das jangadinhas na praia de Uruaú, Beberibe-CE

Pedro Pereira do Nascimento¹, Alexandre dos Santos Rocha²

Resumo

Na praia de Uruaú, a pesca artesanal tem grande influência no mantimento econômico da comunidade, expandindo-se para outras práticas culturais. Uma delas é a confecção de jangadinhas, pequenas embarcações que simulam as jangadas utilizadas pelos pescadores. Essas jangadinhas são utilizadas por pescadores e filhos de pescadores em brincadeiras na praia e nas lagoas da comunidade. Partimos da problemática de como acontece o processo de inserção na atividade da pesca, pensando a brincadeira com as jangadinhas como parte desse processo, trazendo o debate da relação do trabalho e os movimentos sociais na formação do conceito de educação popular, destacando aspectos da pesca artesanal em Uruaú e sua organização social. As observações para este trabalho foram iniciadas em 2016, referentes ao movimento dos pescadores e suas pautas de mantimento das suas práticas na lagoa do Uruaú, junto a uma inserção na Colônia Z-11, que cuida das questões políticas e sociais dos pescadores de Beberibe, no ano de 2017, promovendo observações dentro da instituição que rege o movimento.

Palavras-chave

Educação Popular. Brincadeira das Jangadinhas. Praia de Uruaú. Pescadores.

¹ Graduando em História na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Brasil; membro do Grupo de Extensão “Vem jogar mais eu”. E-mail: pereirapedro99.n@gmail.com.

² Mestre em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil; pedagogo na Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, Ceará, Brasil. E-mail: alesantos58@hotmail.com.

Popular education and work: the process of interaction with the practice of fishing through the “jangadinhas” game on the beach of Uruaú, Beberibe, State of Ceará, Brazil

Pedro Pereira do Nascimento³, Alexandre dos Santos Rocha⁴

Abstract

In Uruaú beach, artisan fishing has a great influence on the community's economic maintenance, so much that it expands to other cultural practices. One of which is the making of jangadinhas, small boats that simulate the rafts used by fishermen. These rafts are used by fishermen and their children to play on the beach and in the community's lakes. We start from the problem of how the process of insertion in the fishing activity happens, thinking of the making and playing with the jangadinhas as part of this process, bringing the debate on the relationship between work and social movements in the formation of the concept of education. We have as objectives discussing the process of insertion in the fishing activity starting from the playing with the jangadinhas using the concept of popular education. Furthermore, to highlight aspects of artisan fishing in Uruaú and its social organization. The observations for this work began in 2016, referring to the movement of fishermen and their guidelines for maintaining their practices in the Lagoa do Uruaú, along with an insertion in Colônia Z-11, which takes care of the political and social issues of Beberibe fishermen, in 2017, promoting observations from within the institution that governs the movement.

Keywords

Popular Education. Jangadinhas Game. Uruaú Beach. Fishermen.

³ Undergraduate student in History, University of International Integration of Afro-Brazilian Lusofonia, State of Ceará, Brazil; member of the Extension Group “Come play more me”. E-mail: pereirapedro99.n@gmail.com.

⁴ Master in Education and Teaching, State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; pedagogue at the Secretariat of Tourism and Culture of Beberibe, State of Ceará, Brazil. E-mail: alesantos58@hotmail.com.

Introdução

A pesca é uma das atividades que fazem parte da estrutura econômica e cultural da Praia de Uruaú, comunidade que pertence ao município de Beberibe, litoral leste do estado do Ceará. Beberibe possui uma faixa litorânea que compreende as comunidades de Morro Branco, Tabuba, Diogo, Flecheiras (Praia das Fontes), Uruaú, Barra da Sucatinga, Ariós, Canto Verde e Parajuru. Essas comunidades praianas possuem um conjunto de 1.972 pescadores e pescadoras, que dinamizam a economia da pesca local.

Na Praia do Uruaú, a pesca artesanal tem grande influência como atividade econômica de sobrevivência das famílias dessa comunidade, expandindo-se também para outras práticas culturais. Uma delas é a confecção de jangadinhas, que são pequenas embarcações que simulam as jangadas utilizadas pelos pescadores. Essas jangadinhas são utilizadas por seus filhos em brincadeiras na praia e lagoas da comunidade.

Dito isso, partimos da problemática de como acontece o processo de inserção dos brincantes das jangadinhas na atividade da pesca, pensando na confecção e nas brincadeiras com as jangadinhas como parte desse processo. Nesse contexto, surge a educação popular (EP) e o trabalho como categoria fundante do ser social, que vai contribuir para os debates acerca dos aspectos que formam a estrutura econômica e cultural na praia de Uruaú em Beberibe-CE.

Têm-se como objetivos debater o processo de inserção na atividade da pesca, partindo da brincadeira das jangadinhas, utilizando a relação do trabalho relacionado ao conceito de EP. Ademais, destacar aspectos da pesca artesanal em Uruaú e a organização dos pescadores; junto a isso, analisar a relação da brincadeira com as práticas desenvolvidas na pesca.

A pesquisa surgiu em 2016, no acompanhamento do conflito entre a rede hoteleira e moradores locais de Uruaú pela possibilidade do uso de uma parte da lagoa do Uruaú, que possui aproximadamente 18 quilômetros, abarcando as localidades de Uruaú, Cumbe, Caetano e Ponta D'água I, II e III. A parte que fica na comunidade é chamada de Maceió, como discute Carneiro: “nome que é dado pelos próprios moradores nativos. [...] foi sendo visto como um ponto de grande potencial para o lazer dos moradores e o turismo” (CARNEIRO, 2019, p. 22).

Dois grupos travaram algumas discussões referentes ao uso do espaço. Foram eles, os praticantes de *kitesurf*, que tinham acesso à lagoa devido à rede hoteleira, e os pescadores e seus filhos, que usavam a lagoa para velejar com suas jangadinhas e pescar. No limiar desse conflito ficaram os brincantes das jangadinhas e os *kitesurfistas*, com práticas que foram

símbolos da polarização entre moradores locais e a rede hoteleira. Nesse contexto de embate político-ideológico, cabe a reflexão: “os homens são o que eles se fazem a cada momento histórico” (LESSA; TONET, 2011, p. 14).

A partir desse momento, inicia-se o interesse referente à brincadeira das jangadinhas na busca de entender sua relação com um processo de educação informal na formação dos pescadores da comunidade, tanto nas suas pautas políticas quanto na inserção na prática da pesca, já que, quando pensamos no paradigma predominante da EP nas décadas de 1970 e 1980, voltamos a pensar seu desenvolvimento com os Movimentos de Educação de Base e Cultura Popular que fizeram com que os parâmetros desse paradigma crescessem “no interior da resistência popular” (GOHN, 2013, p. 35), e que entre os pontos desse paradigma tivessem, além da valorização da cultura popular, o diálogo direto com os movimentos sociais. Nesse contexto, quando se trata da motivação que proporcionou a escrita deste artigo, partimos da ideia da junção da EP com o movimento social dos pescadores de Uruaú.

As observações foram feitas referentes ao modo de construção dessas embarcações; quem brinca; quais situações costumeiras dessas jangadinhas simulam as práticas dos pescadores, também referentes às organizações desse grupo. Isso tudo olhando de dentro da comunidade, mas principalmente de dentro na Colônia dos Pescadores Z-11, pensando a problematização desse trabalho de perto, como vem escrevendo Mejía (2013, p. 369), quando se trata da EP: “perfilando un paradigma latinoamericano con especificidades que le dan nuestra identidad, nuestra historia, nuestro contexto y nuestras luchas, caracterizan el diálogo, confrontación de saberes y la negociación cultural como ejes de su propuesta metodológica”. Junto a isso, uma pesquisa bibliográfica referente à educação informal e popular, temas que fundamentam essa discussão.

Essa pesquisa se baseou nas informações colhidas no ano de 2017, a partir de um estágio na Secretaria de Turismo e Cultura de Beberibe, onde trabalhei diretamente na construção de um acervo histórico dos pescadores, tendo materiais disponibilizados pela Colônia dos Pescadores Z-11, referentes à prática da pesca e suas expansões culturais. Ademais, com relação ao contato que tive com o conflito que motivou a escrita deste trabalho, parto do ponto que moro na comunidade pesquisada, e no período desse conflito estava fazendo também um curso técnico em turismo. Então, os dois âmbitos, comunidade e rede hoteleira, estavam no cotidiano dos meus debates e observações.

Trabalho e educação popular

A EP é um conceito que descende sua popularidade em grande parte dos trabalhos feitos por Paulo Freire e toda a perspectiva freiriana de uma pedagogia libertadora das classes sociais subalternizadas. Neste trabalho, é muito caro pensar uma formação que é produto das relações cotidianas de uma comunidade, que incorporam saberes populares na formação cultural e econômica dos indivíduos. A questão do trabalho relacionado à educação é um dos pontos que se inserem dentro desse conceito debatido por vários pesquisadores sul-americanos, como Carlos Rodrigues Brandão, que trabalhou a temática dentro dos movimentos sindicalistas, Afonso Torre Carrillo e muitos outros que carregam como principal fonte Paulo Freire. Nesse sentido, a EP é “herdeira de uma velha tradição: a de transformar o conjunto social, privilegiando a educação como ferramenta fundamental” (PÉREZ, 2000, p. 43 *apud* CARRILLO, 2013, p. 16).

O conceito de EP está difundido em várias áreas dos contextos sociais. “Atualmente em amplas esferas da vida social, educação popular é uma referência frequente no discurso de diferentes grupos populares, movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições estatais e organismos internacionais” (CARRILLO, 2013, p. 17).

Os pescadores, grupo pesquisado neste trabalho, compõem esse campo de pesquisa sobre a EP, já que, por muitas vezes, fizeram parte de organizações institucionais gerenciadas pelo Estado ou por um conjunto de profissionais da área. No caso da Praia de Uruaú e todas as praias de Beberibe, esse grupo faz parte da Colônia de Pescadores, Z-11, que cuida das questões trabalhistas e políticas dos pescadores, formando assim uma instituição movida por um grupo social popular.

Nesse contexto, definir quem é o público que a EP abarca é relevante para a proposição de uma delimitação de pesquisa. Acerca disso, Carrillo escreve:

Uma revisão dos campos nos permite ratificar que os sujeitos representados nos discursos e nas ações continuam sendo categorias sociais e atores emergentes subalternos: camponeses, dirigentes e integrantes de grupos de base, mulheres, indígenas, professores, adultos, jovens e crianças de setores populares. (CARRILLO, 2013, p. 22).

Com essa colocação de Carrillo (2013), a EP é posta como algo que se expande aos movimentos sociais, que envolvem a educação de jovens e adultos, uma educação que relaciona contextos sociais comunitários para jovens e crianças de setores populares, educação dentro de movimentos sociais, como movimento indígena, feminista, entre outros.

Portanto, a EP assume sentidos de repasses cultural e social, que são atributos da formação política das pessoas envolvidas, formando assim personalidades com posicionamentos políticos, numa perspectiva libertadora, que privilegia a educação como meio.

A prática educativa e política a partir da EP está dirigida fundamentalmente a sujeitos sociais que têm uma base local de atuação, e alguns se articulam com redes sociais de maior alcance territorial do âmbito nacional e regional; além disso, são incorporados novos atores políticos que se encontram no exercício de governo, numa perspectiva de democracia participativa em cenário de poder local. (HERRERA CLAVIJO, 2009, p. 59 *apud* CARRILLO, 2013, p. 22).

Brandão (2016) vai atrelar três sentidos à EP, que são citados por Carrillo (2013); um deles tem grande importância para a fundamentação desse trabalho, fazendo parte de um recorte desse extenso campo que é a EP:

Como processo de reprodução do saber das comunidades populares. Esta definição antropológica reconhece a distribuição social do conhecimento e do capital cultural, equivalente ao de sabedoria ou cultura popular. Neste sentido, o conjunto de saberes e práticas sobre a criação de meninas e meninos faria parte da educação popular. (BRANDÃO, 2016 *apud* CARRILLO, 2013, p. 17).

Nessa perspectiva antropológica da EP, partindo de uma sabedoria ou cultura popular é que se encaminha este trabalho. Pensando também a partir de uma perspectiva da cultura colocada por Geertz (1926), que não está atrelada somente aos ritos ou práticas performáticas, mas aos feitos cotidianos, isso incluirá certamente a ideia do trabalho. Geertz também faz menção à educação como reprodutora da cultura quando escreve:

O homem se tornou homem, continua a história, quando tendo cruzado algum Rubicon mental, ele foi capaz de transmitir “conhecimento, crença, lei, moral, costumes” (para citar os itens da definição clássica de cultura de Sir Edward Tylor) a seus descendentes e seus vizinhos através do aprendizado. (GEERTZ, 1926, p. 34).

A ideia de transmissão de conhecimento, apontada por Geertz (1926), só reforça a importância da transmissão de costumes e práticas culturais para o mantimento dos comportamentos inerentes às realidades sociais. Esse processo de repasse, conseqüentemente, vai abarcar um método educativo, colocando em jogo dois conceitos que imbricam a ideia, educação e pedagogia. Com relação a isso, Carrillo (2013) corrobora com Ricardo Lucio (1994) e escreve:

A guisa de contribuição final, compartilho algumas reflexões sobre a dimensão educativa e a pedagogia dentro da educação popular. Seguindo Ricardo Lucio (1994), partimos da diferenciação entre os conceitos de educação e pedagogia. O primeiro é o mais amplo e se refere às práticas sociais intencionalmente voltadas à formação de sujeitos através da transmissão de valores, conhecimentos e habilidades coerentes com a concepção de mundo de quem as agencia. Deste modo, a educação, como fato histórico, está atravessada por tensões, interesses e projetos em jogo numa sociedade. Assim, a educação popular é uma entre muitas práticas educacionais presentes em países e se diferencia por sua intencionalidade emancipadora e sua opção pelo campo popular. (CARRILLO, 2013, p. 26).

Fazendo um recorte, já que a prática da pesca está intrínseca à cultura popular, e que esse trabalho abarca uma EP referente a uma formação a partir das práticas culturais populares como o Coco de Roda e de Praia, presentes nas rodas festivas dos pescadores e marisqueiras, é caro pensar de onde descende a cultura popular. Com relação a isso, Arantes (2017) traz duas perspectivas, sendo que a primeira é cara a este trabalho:

Desse ponto de vista, a “cultura popular” surge como uma “outra” cultura que, por contraste ao saber culto dominante, apresenta-se como “totalidade” embora sendo, na verdade, construída através da justaposição de elementos residuais e fragmentários considerados resistentes a um processo “natural” de deterioração. (ARANTES, 2017, p. 18).

Nessa perspectiva, a cultura popular faz parte de uma construção de saberes que está em contraste com a cultura erudita, uma cultura formada a partir de legitimações de uma classe privilegiada. Nesse contexto, a questão de classe será apontada por Arantes, no sentido de que, “nas sociedades industriais, sobretudo nas capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são pensados e vivenciados como realidades profundamente distintas e distantes uma da outra” (ARANTES, 2017, p. 13-14). A prática do trabalho intelectual que forma uma cultura erudita, ou saber erudito, vai imbricar a presença de uma classe que vai dominar os espaços de produção de uma intelectualidade considerada culta; em contrapartida, na perspectiva de uma sociedade estratificada em classes, a cultura popular é produto do povo e estará associada ao trabalho manual.

A segunda perspectiva apontada com relação à cultura popular expõe as “manifestações culturais ‘tradicionais’, como resíduo da cultura ‘cult’ de outras épocas (às vezes, de outros lugares) filtrada ao longo do tempo pelas sucessivas camadas da estratificação social” (ARANTES, 2017, p. 16). Novamente, a ideia de estratificação e divisão da sociedade em classes que, a partir dos contextos vividos, mantém manifestações e seus

aspectos na perspectiva da tradição, produção e reprodução de saberes que são conservados por grupos sociais no tempo e no espaço.

Com essa exibição da cultura e cultura popular, mesmo que de forma breve de uma discussão tão ampla, pensa-se a cultura popular como partícipe de uma EP, ou vice-versa, tendo em vista que ela vai ser produto das classes sociais oprimidas, coincidindo nesse sentido o público de consumo e produção, espaços e lutas, como discutiu Paulo Freire.

Discutindo um pouco mais sobre o que forma a EP, mas já se inserindo na junção desse conceito com o trabalho, quando tratamos dessa temática, abrem-se vários espaços de atuação, dois deles são a educação formal e a informal. Remontar à história do surgimento da formação da educação no Brasil é um trabalho extenso, e o que será necessário neste artigo é debater uma EP fora dos domínios da escola, e a respeito dessa educação, Brandão escreve:

Fora do domínio da educação escolar, havia a trama das muitas situações e práticas corporativas ou comunitárias, em que outros saberes se difundiam. Pequenas oficinas de trabalho urbano formavam, durante a prática do trabalho-ensino, futuros artesãos e oficiais, futuros mestres que ensinariam outros aprendizes a serem ourives, seleiros, ferreiros, marceneiros, serralheiros, pedreiros, pintores ou músicos (BRANDÃO, 2009, p. 14).

Uma educação que tinha como produtores e reprodutores a comunidade, o povo, sendo assim atores de um saber, que por ser comunitário apresenta aspectos do coletivo. Referindo-se à história da formação da EP, partindo das classes trabalhadoras, Brandão (2009) coloca: “[...] o que a memória erudita que escreve as histórias da educação no Brasil, via de regra, oculta com cuidado é que esses próprios ‘setores’ viveram momentos importantes de história de sua própria educação como a criação de escolas para filhos de operários” (BRANDÃO, 2009, p. 20). Brandão nessa citação só reforça que a EP é produto do povo, das classes trabalhadoras que pensam a educação como “o local de formação de uma nova geração de proletários educados segundo os princípios ideológicos de seus grupos partidários de militância” (BRANDÃO, 2009, p. 20).

O trabalho e a EP estão praticamente intrínsecos, já que a formação dessa perspectiva nasce no seio dos movimentos proletários e comunitários herdados de uma práxis freiriana, tanto pensado em uma reformulação de uma educação formal, dentro dos espaços escolares, quanto em uma valorização de uma educação produzida e reproduzida pela comunidade, pelos movimentos sociais.

Traçando aqui um debate com relação ao trabalho, dando um salto histórico, avançando um pouco da perspectiva de que o trabalho é considerado como:

Categoria fundante do ser social na visão de Karl Marx, essencialmente intermediária, porque é o vínculo material e objetivo entre o ser humano e a natureza, assinalando a passagem do ser meramente biológico ao ser social e, com isso, o estabelecimento da vida especificamente humana. (ESCURRA, 2016, p. 15).

Inserimo-nos na realidade em que o trabalho passa de base da formação das relações do ser para a introdução em um sistema capitalista. Escurra (2016) traz uma crítica da centralidade do trabalho na construção do sistema capitalista, no qual trabalhar deixa de ser uma atividade que está relacionada ao mantimento das necessidades individuais e grupais, isso relacionado às sociedades pré-capitalistas, para se tornar uma prática de produção objetivante, remanescente ao princípio do lucro.

A objetivação da produção desse lucro marca essa transição de um trabalho como o princípio fundante das relações sociais, como coloca Escurra (2016), citando Lukács (2013), para um trabalho gerador de riquezas, e conseqüentemente a figura de Karl Marx surge nessa questão. Então, Escurra, alimentando essa discussão sobre a transição das percepções do trabalho, cita Marx:

O que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais [...] [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente [...] [O que é senão um desenvolvimento] em que o ser humano não se reproduz em uma determinabilidade, mas produz sua totalidade? Em que não procura permanecer como alguma coisa que deveio, mas é no movimento absoluto do devir? (MARX, 2011, p. 399-400 *apud* ESCURRA, 2016, p. 17).

Com essas modificações nos processos de desenvolvimento do trabalho, Escurra (2016) escreve que o capital cresceu sob “o trabalho objetivado em relação ao trabalho vivo” (ESCURRA, 2016, p. 17). Citando Marx (2011), ela escreve: “pois o que significa força produtiva do trabalho crescente senão que se requer menos trabalho imediato para criar um produto maior e que, portanto, a riqueza social se expressa cada vez mais nas condições do trabalho criadas pelo próprio trabalho” (MARX, 2011, p. 705 *apud* ESCURRA, 2016, p. 17).

Nesse sentido, o trabalho é um dos pilares da formação do ser humano e de seu mantimento, a partir da produção para sua sobrevivência ou para o acúmulo. Ademais, foi uma categoria que promoveu a base da construção das relações sociais por meio da transformação da natureza, promovendo aspectos como a linguagem, ponto que vai ser muito importante para o desenvolvimento dos objetivos desse debate. Junto a isso, o trabalho torna-

se central nas configurações da construção do capital; dele é que se tira a mais valia, fazendo girar todo um sistema e suas características mais básicas, desde a exploração, as desigualdades e a luta de classes.

As características da transição do trabalho, desde a configuração de um capitalismo primitivo à formação de toda uma macroestrutura que é vigente, vão estender as consequências do capitalismo e da estratificação social para todos os âmbitos da sociedade; a educação é um desses campos. A promoção de uma hierarquia de saber intelectualizado, formado em instituições de ensino, escolas e universidades, sobreposta a uma sabedoria do fazer, pôr em prática, aprendida de forma interativa com uma educação que está diretamente ligada ao convívio com a comunidade, com o povo, só reforça a necessidade da implementação de uma EP libertadora, que proporciona às classes trabalhadoras a construção de um pensamento crítico acerca dos âmbitos que convivem. Nesse contexto, “a educação popular vem sendo desenvolvida no interior de práticas e é aí precisamente onde podem residir a sua força e a sua incidência” (BRANDÃO, 2006 *apud* SILVA, 2013, p. 130).

A pesca no município de Beberibe

Primeiramente, introduziremos o contexto da pesca de Beberibe-CE, dentro do conceito da pesca artesanal, que vai ser difundida entre todas as praias que compõem a faixa litorânea do município.

Segundo o documento básico do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), SUDEPE (1974), a pesca artesanal é aquela que não é praticada por sociedade de capital; os pescadores artesanais, por sua vez, não são sócios ou empregados de empresas de pesca; suas atividades são complementares e auxiliares as estas. Esses profissionais agrupam-se em colônias, podendo organizar-se em cooperativas e/ou associações [...] (GALDINO, 2014, p. 27-28).

Beberibe, nesse contexto, apresenta uma economia baseada na pesca artesanal, que se destaca nos contextos estaduais, sendo que a pesca artesanal no estado do Ceará foi responsável no ano de 2007 por uma receita de R\$114,97 milhões, com uma frota de embarcações correspondente ao número de 6.259. Para formação dessa receita, destacaram-se os municípios de Camocim (22,7%); Acaraú (17,0%); Itarema (15,1%); Fortaleza (9,7%); Icapuí (6,5%); e Beberibe (4,3%) (IBAMA, 2007 *apud* GALDINO, 2014, p. 27).

As questões institucionais e trabalhistas dos pescadores de Beberibe são administradas pela Colônia dos Pescadores Z-11, que, no período da pesquisa, tinha como presidente Francisco Souza de Miranda, morador e pescador da comunidade de Uruaú. Em Beberibe, se tratando do assunto da prática da pesca, não se pode esquecer a reserva extrativista da Prainha do Canto Verde, que é ponto importante da história da pesca no município, e até de uma EP, que estava baseada no centro dos movimentos dos pescadores contra os empresários que tentaram por muitas vezes lotear as terras da comunidade.

As amplas temáticas envolvendo a Prainha do Canto Verde, nesse momento, não serão desenvolvidas, mas são um marco importante para ser lembrado, já que compõem um movimento político que foi referência na luta dos pescadores do estado do Ceará.

Os modos da pesca artesanal em Beberibe se baseiam em dois tipos: a pesca em embarcações, como jangadas e botes, e a pesca com tarrafa e jererés, que tem como finalidade a pesca de pequenos peixes e camarões. A prática nas embarcações tem como objetivo a pesca de lagostas e peixes maiores, além disso, ela tem como âmbito de navegação o mar, e a pesca com tarrafas e jererés é feita geralmente em lagos e lagoas, principalmente na Lagoa de Uruaú. Esses modelos e práticas de pesca formam um grupo de pescadores e marisqueiras, mulheres que fazem a pesca dos mariscos, movimentando a economia local.

A pesca em Beberibe, dentro desses modelos, concentra seus esforços, além da Lagoa do Uruaú, nas praias de Morro Branco, Praia do Diogo, Praia das Flecheiras (Praia das Fontes), Praia de Uruaú, Praia da Barra da Sucatinga, Praia de Ariós, Prainha do Canto Verde e Praia do Parajuru.

Figura 1 – Jangadas encalhadas na Praia de Uruaú



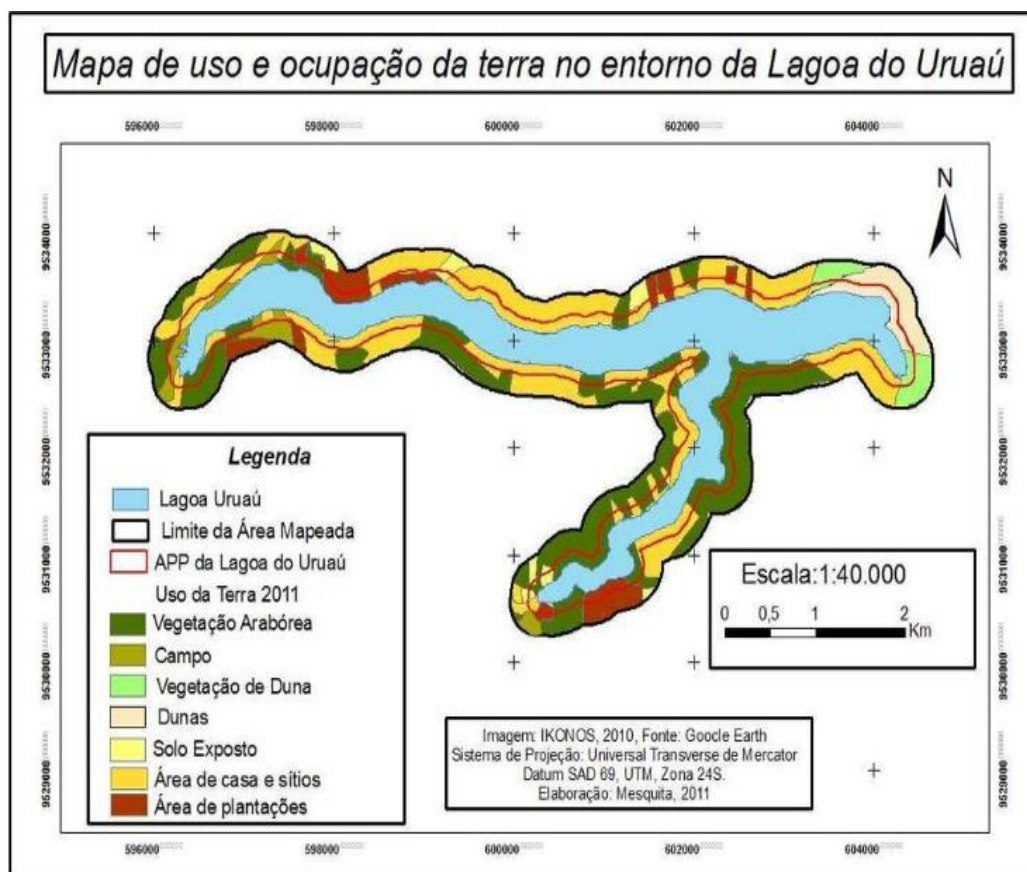
Fonte: Acervo do autor (2019).

A brincadeira das jangadinhas como prática de educação popular

Ao tratar da brincadeira das jangadinhas como EP, teremos que pensar o que está por trás da brincadeira, que são os movimentos sociais dos pescadores. Um dos motivos para a elaboração desse trabalho foi o conflito travado entre empresários hoteleiros e parte da comunidade local pelo espaço do Maceió, um braço da Lagoa do Uruaú. Esse local é utilizado pela indústria hoteleira de Uruaú para a prática do *kitesurf*, e a comunidade local usa esse espaço para o lazer, para a pesca artesanal com a tarrafa, redes de pesca, jererés, e a brincadeira das jangadinhas. Além disso, desde 2018, iniciou-se um movimento comercial de moradores que se estabeleceram às margens da lagoa para vender comidas e bebidas para turistas, excursionistas e visitantes.

Essas expansões da rede hoteleira e das casas de veraneio abarcam tanto a parte da Lagoa do Uruaú presente na comunidade quanto a sua extensão em outras localidades. Um exemplo disso é mostrado a partir do mapa a seguir:

Figura 2 – Mapeamento de uso e ocupação da terra no entorno da Lagoa do Uruaú



Fonte: Mesquita (2011 *apud* CARNEIRO, 2018).

Um ponto relevante a se destacar é que, a partir da Lei nº 14.050, de 03/01/2008⁵, a Lagoa de Uruaú se tornou uma Área de Proteção Ambiental (APA). O Art. 1º diz que “esta Lei estabelece diretrizes de uso e ocupação da Área de Proteção Ambiental – APA, da Lagoa do Uruaú, visando compatibilizar a utilização dos recursos naturais com a proteção da biodiversidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região” (CEARÁ, 2008, não paginado).

A Lei propõe uma série de diretrizes para a manutenção dos espaços da Lagoa do Uruaú, conforme Art. 6º:

Ficam proibidas as seguintes atividades na APA da Lagoa do Uruaú:

I - a instalação de bares, barracas, restaurantes, hotéis, pousadas, condomínios de qualquer natureza, residências multifamiliares, loteamentos, flats, vilas, centro de convenções, clubes e similares, à exceção dos já existentes na data da publicação desta Lei, desde que promovam a adequação de seus sistemas hidrossanitários às exigências do art. 16 desta Lei. (CEARÁ, 2008, não paginado).

Com a comparação desse contexto proposto pela Lei da APA e o contexto narrado acima acerca de como se encontra a realidade desse espaço, percebe-se o caminho trilhado após a Lei. Nesse objetivo do “mantimento da lagoa”, ou melhor, no interesse de ocupação de ambos os lados do espaço (população local e rede hoteleira), surgiu o conflito.

A brincadeira das jangadinhas dentro de toda essa questão será relacionada diretamente a essa briga, no sentido de que os brincantes tomam a frente do movimento contra a rede hoteleira. A partir desse momento, são colocadas pelo movimento de parte da comunidade da praia de Uruaú, principalmente os pescadores, exigências que previam o mantimento das práticas culturais locais e do lazer para o povo da comunidade, e a contraposição a uma tentativa de privatização do Maceió.

No final das contas, o conflito entre comunidade e rede hoteleira apaziguou-se a partir do momento em que os órgãos públicos estaduais e municipais, Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA), Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAN), Companhia de Gestão e Recursos Hídricos (COGERH) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e Associação dos Moradores do Uruaú propuseram um projeto que permitiu a utilização do espaço do Maceió para a pesca

⁵ As informações referentes a essa Lei podem ser vistas no site: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/meio-ambiente-e-desenvolvimento-do-semiarido/item/5513-lei-n-14-050-de-03-01-08-d-o-07-01-08>.

artesanal, mas que principalmente favoreceu a inserção de um comércio voltado ao turismo promovido por novos comerciantes da comunidade, que possibilitou a criação de novos empregos preenchidos pelos moradores, consequentemente legalizando as atividades e as obras das redes hoteleiras às margens da lagoa.

Isso é narrado por Carneiro (2018) em seu trabalho de análise ambiental no trecho da Lagoa que fica em Uruaú:

Portanto, diante dessa situação, a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA), e o Conselho Gestor de gerenciamento da APA, juntamente com o apoio da Coordenação do Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEPLAN) de Beberibe, COGERH e SEMACE, acharam por bem realizar uma reorganização do local para uma melhor qualidade ambiental de quem o visita, através de um projeto piloto proposto pelos órgãos competentes responsável pela APA. Assim destacando o turismo e a especulação imobiliária do seu uso e ocupação para uma qualidade local permanente, visando um ordenamento, análise da legislação pertinente para seu cumprimento e propor medidas mitigadoras subsidiando um zoneamento do local em foco, com alternativa de adequação do uso, ocupação e do manejo ambiental dos recursos naturais da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Uruaú, na parte da Lagoa do Maceió, salientando a implantação de ações para o desenvolvimento sustentável minimizando os problemas ambientais na área de estudo. (CARNEIRO, 2018, p. 34).

As exigências da comunidade foram conciliadas às da rede hoteleira, a partir de várias ações no âmbito da jurisdição municipal e estadual. Também foi estabelecida uma nova fonte da capital para os moradores locais, que, atraídos pela expansão do turismo, que junto com a pesca fundamenta a economia da localidade, se contiveram nas ações. O que toda essa narrativa vai trazer é que Maceió é um lugar de possibilidade das práticas culturais locais, onde a pesca e a brincadeira das jangadinhas estão incluídas e ligadas em ações que unem aspectos da brincadeira às realidades do trabalho. Somado a isso, a promoção do mantimento do espaço de movimentação da cultura local envolvendo o movimento social dos pescadores, que, agora, especulam e usam esses espaços também como comerciantes. Esses fatos só reforçam que, além das questões culturais imbricadas nesse conflito, existia uma luta por posse do capital, seja ele simbólico ou financeiro.

Mesmo com essa nova atividade comercial dos moradores, que são filhos de pescadores ou até mesmo os próprios pescadores, a prática da pesca e a brincadeira das jangadinhas se mantêm paralelamente a outras atividades.

Por trás da prática da pesca há uma organização de pescadores, que possui representantes, chamados capatazes, que atuam junto com a Colônia Z-11 e seus anexos, prédios destinados a reuniões do grupo e espaços responsáveis por vender os peixes dos pescadores. Então, a brincadeira das jangadinhas, que é brincada pelos próprios pescadores e seus parentes, se mantém junto a uma organização comunitária da pesca artesanal, formando um movimento social no qual “o caráter educativo desse processo é dado tanto pela aprendizagem obtida quanto estratégias ou resistências que são elaboradas” (GOHN, 2003a, p. 175 *apud* GALDINO, 2014, p. 55).

As construções dos movimentos sociais serão por muitas vezes abordadas nos escritos de Maria Glória Gohn. Um dos apontamentos que ela faz acerca da formação de novas características dos movimentos sociais é que “passou-se a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos” (GOHN, 1997, p. 69). Nesse sentido, corroborando com Gohn (1997), os símbolos, as ideias e as ideologias tomaram uma importância maior do que a que era colocada em textos ou em papel, no sentido de que esses símbolos têm que estar em contato com um coletivo.

Portanto, os movimentos sociais serão analisados correntemente sob a ótica do coletivo, como escreve Gohn (1997, p. 72):

Trata-se da utilização de uma determinada interpretação da cultura. Símbolos, valores, significados, ícones, crenças, códigos culturais em geral, passaram a ser destacados segundo uma abordagem que lembra mais Durkheim do que Weber ou Parsons, em suas teorias da ação social e da cultura. Isto porque rejeitou-se a abordagem que trata a cultura como um sistema, passando-se a vê-la como um processo.

Posteriormente, citando Tarrow (1994), Gohn (1997, p. 72) escreve:

Weber e Parsons foram resgatados parcialmente por meio da abordagem de Geertz, que redefine o objeto da análise cultural a partir do estudo das práticas culturais. A análise das ações coletivas buscará as representações dos indivíduos sobre o objeto em questão, a partir dos códigos e significados existentes. Ela se move do interior dos indivíduos, de suas representações mentais, para o exterior, para suas práticas sociais. E para entender o exterior entra-se na análise dos contextos. Os autores que avançaram mais na criação dos novos marcos explicativos destacarão a primazia do contexto político.

Assim, o que Gohn (1997) chamará de nova formação dos movimentos sociais imbricará na relevância do coletivo para promoção de símbolos e práticas, mas os indivíduos

serão ponto fundamental, já que propõem ao movimento suas internalidades e externalidades provocadas por um sistema de repasse de interação e percepção com relação ao que é colocado pelo coletivo.

Esse debate acerca das formações dos movimentos sociais introduz o que está por trás da brincadeira das jangadinhas, sendo um dos pontos que nos levam para a introdução da brincadeira associada ao conceito de EP, que é:

En ese sentido, permitan da un marco a esta presentación, en la cual, en un primer momento, plantearé que la educación popular es hoy una propuesta educativa con un acumulado próprio , que la saca de la acción intencionada n grupos sociales populares para convertirla en una actuación intencionadamente política en la sociedad. (MEJÍA, 2013, p. 369).

A organização de pescadores que compôs a frente que pretendia ter um combate com a rede hoteleira para o mantimento de uma prática, a brincadeira das jangadinhas, promoveu consequentemente a preservação de um acesso primário à prática da pesca, tendo em vista que essa frente é um movimento social e que é remanescente de um sistema educativo e político que forma indivíduos para a construção de uma classe, de um grupo crítico das suas realidades sociais, que naquele momento participaram de um conflito por um espaço para a comunidade. Portanto, o símbolo das jangadinhas em Maceió virou aspecto de resistência de um saber popular, ou melhor, de uma EP promovida no seio do movimento social dos pescadores.

Detalhando agora a brincadeira das jangadinhas, começaremos descrevendo o processo de produção da pequena embarcação, que é similar à produção das jangadas maiores. Elas são feitas de uma estrutura de madeira; em Beberibe são muito utilizadas as madeiras de louro e pítia, que são matérias primas usadas pela carpintaria para fazer móveis. Dentro dessa estrutura tem isopor para contribuir com a flutuabilidade da embarcação; junto a isso, a construção da vela da jangada, que é feita a partir de um mastro de madeira no qual é amarrada uma tira de pano. Além disso, existe um leme que dá direção à jangada.

O processo de confecção das jangadas é feito pelos pescadores. Na maioria dos casos, eles fazem as pequenas embarcações, as jangadinhas, e presenteiam os seus filhos, sobrinhos e netos. Os primeiros contatos que os pescadores têm com a confecção das jangadas acontecem por muitas vezes no período da adolescência, quando já começam a ir para o mar pescar com seus pais. Quando crianças, eles têm contato apenas com alguns mecanismos de como melhorar as jangadinhas, como o tamanho da vela, o peso da embarcação e a modificação do leme.

A brincadeira das jangadinhas parte de um processo pedagógico, que pode iniciar-se no âmbito familiar, e reforça uma EP, que além da construção de uma classe trabalhadora com ideologias políticas libertadoras compartilha conhecimentos populares produzidos e consumidos pela comunidade, em que aspectos do trabalho estão incluídos.

Durante quase toda a história social da humanidade, a prática pedagógica existiu sempre, mas imersa em outras práticas sociais anteriores. Imersa no trabalho: durante as atividades de caça, pesca e coleta, depois, de agricultura e pastoreio, de artesanato e construção. Imersa no ritual: seja no enterro de um morto (os homens do paleolítico superior já faziam isto com todo o cuidado), num rito de iniciação, ou em outra qualquer celebração coletiva, as pessoas cantam, dançam e representam, e tudo o que fazem não apenas celebra, mas ensina. E não ensina apenas as artes do canto, da dança e do drama. [...] Ritos são aulas de codificação da vida social e da recriação, através dos símbolos que se dança, canta e representa, da memória e da identidade dos grupos humanos. (BRANDÃO, 2017, p. 12).

Além dos pescadores, outras pessoas da comunidade também brincam, como os netos ou os sobrinhos de pescadores, ou até mesmo pessoas que não têm pescadores na família, mas que vivem no contexto de Uruaú, onde a pesca é uma das principais atividades econômicas, e a aderem por influência. Com relação à idade, a prática é relativa: brincam crianças e adultos. Com relação ao gênero, a brincadeira é composta majoritariamente por homens, repercutindo também uma realidade da pesca em Uruaú, onde o trabalho das mulheres é voltado muitas vezes à coleta de mariscos.

O local onde se brinca com as jangadinhas, como já debatido anteriormente, é principalmente o Maceió, um pequeno trecho da Lagoa do Uruaú que fica na comunidade. Mas, em períodos em que o mar forma enseadas, principalmente nos meses de dezembro a fevereiro, alguns brincantes usam esses espaços para velejar.

A brincadeira das jangadinhas simula o evento das regatas, que são corridas de jangadas; então, elas serão modeladas com o princípio de ter velocidade. As jangadas de Uruaú, em sua maioria, participam desses eventos, tanto na própria localidade quanto em regatas em Morro Branco, Prainha do Canto, entre outras. Além da inserção em práticas inerentes ao trabalho, as jangadinhas apresentam um potencial esportivo.

Figura 3 – Jangadinhas no Maceió-Beberibe-CE



Fonte: Acervo do autor (2021).

A pesca em Uruaú é uma prática organizada a partir de movimentos sociais. Dentro desse contexto, ela propõe espaços de aprendizagem de uma EP que está fora dos âmbitos institucionais da escola. As jangadinhas e a luta pelo espaço do Maceió para a manutenção da tradição só reforçam a promoção de uma EP tanto representada por uma luta social partilhada por um grupo de pescadores quanto pela reprodução de um conhecimento popular que atrela a educação ao trabalho.

Considerações finais

O trabalho e a EP, além de abrangerem aspectos pedagógicos dentro da escola, vão trazer para esses campos de pesquisa fragmentos culturais que são atrelados às práticas pedagógicas repassadas a partir de práticas culturais, brincadeiras, ritos e o trabalho, atributos da comunidade, que constrói e consome seus movimentos sociais e culturais, criando uma dinâmica de interesses coletivos baseados em finalidades relacionadas à produção de renda e ao lazer.

Nessa pesquisa, partiu além da posição de pesquisador, mas também como morador da localidade da praia de Uruaú, acompanhando os movimentos sociais envolvendo os pescadores, fez com que as observações fossem feitas de perto com relação às tensões entre pescadores e rede hoteleira. Consequentemente, fez com que eu acompanhasse a importância da organização dos pescadores para a manutenção de suas práticas, propondo o mantimento das pautas para as novas gerações. Promoção, nesse sentido, de uma EP fora dos ambientes da

escola, tendo como palco o movimento comunitário, as praias, as famílias, propondo assim uma educação na qual os atributos são diretamente repassados sem serem filtrados pelas construções de currículos.

Com relação à brincadeira das jangadinhas, ela vai simular algumas realidades vividas pelos pescadores, que não são figuras distantes; são os pais, os avós ou na maioria das vezes os próprios brincantes, que introduzem seus filhos, netos e sobrinhos em uma brincadeira que propõe o contato com as embarcações, com as práticas feitas nas jangadas no momento da pesca, corroborando com uma EP proposta por Brandão (2016): a que se relaciona às práticas culturais.

No mais, a EP e o trabalho estão imbricados desde a formação desse conceito, que nasce da base dos estudos de Paulo Freire, no planejamento de uma educação libertadora e inclusiva das classes sociais subalternas, incluindo movimentos sociais, práticas culturais, que proporcionam uma educação crítica das condições sociais para uma nova classe trabalhadora.

Referências

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 32, n. 61, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/47204>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

CARNEIRO, M. C. **Análise ambiental dos impactos das atividades antrópicas da APA da Lagoa de Uruaú em Beberibe-CE**. 2018. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Especialização em Elaboração e Gerenciamento de Projetos para Gestão Municipal de Recursos Hídricos) – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://capacitacao2.ana.gov.br/conhecerh/handle/ana/1783>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CARNEIRO, M. C.; GONÇALVES, T. E. Análise ambiental dos impactos das atividades antrópicas da APA da Lagoa de Uruaú em Beberibe-CE. *In*: SILVA, L.; ALENCAR NETO, M. F.; ELOI, W. M. (org.). **Projetos de Intervenção**: Planejamento ambiental. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019. p. 11-31.

CARRILLO, A. T. A. Educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular**: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15-32.

CEARÁ. **Lei nº 14.050**, de 3 de março de 2008. Estabelece diretrizes de uso e ocupação da Área de Proteção Ambiental – APA, da Lagoa do Uruaú, situada no Município de Beberibe. 2008.

ESCURRA, M. F. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. **Verinotio**, Rio das Ostras, n. 22, p. 12-28, 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/333>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GALDINO, J. W. **Educação e movimentos sociais na pesca artesanal**. Fortaleza: Editora da UFC, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, M. G. Educação popular e movimentos sociais. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 33-48.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LESSA, S. TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MEJÍA, M. R. La educación popular: una construcción colectiva desde el sur y desde abajo. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 369-398.

SILVA, R.; MACHADO, E. R. Uma mesma teoria geral para a educação popular e a educação social? Aproximações empíricas, teóricas e metodológicas. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). Educação popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 128-142.

STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. 399 p.

Submetido em 2 de fevereiro de 2022.

Aprovado em 11 de julho de 2022.